

A Economia, suas conexões e estilhaços

Luiz Guilherme Schymura

Insight Inteligência, n. 111, Dezembro 2025

Há mais filosofia na economia do que imagina a vã filosofia

“O economista–mestre tem de possuir uma rara combinação de dons. Ele tem de ser matemático, historiador, estadista, filósofo – em algum grau. Ele tem de compreender símbolos e falar em palavras. Tem de contemplar o particular em termos do geral e tocar abstrato e concreto no mesmo voo do pensamento. Tem de estudar o presente à luz do passado com o objetivo do futuro. Nenhuma parte da natureza humana ou das suas instituições deve cair completamente fora do seu olhar. Tem de ser voluntarioso e desinteressado numa disposição simultânea; tão indiferente e incorruptível quanto um artista, mas por vezes tão terra a terra quanto um político.”

John Maynard Keynes

O saudoso professor Mário Henrique Simonsen acrescentava uma pitada de humor: o economista-mestre seria, ao mesmo tempo, Homero, Beethoven e Einstein. É desses dois autores – um pela ironia, outro pela lucidez – que tomo emprestado o ponto de partida desse ensaio: a economia exige uma figura intelectual que seja mais que técnica. Ela exige inteireza.

Afinal, a economia é, simultaneamente, ciência, linguagem, moral e arte. E a incompreensão dessa natureza híbrida é talvez nossa maior fonte de equívocos.

Economia, uma ciência, pero no mucho

Penso que a economia é uma ciência social. Como bem observou Lionel Robbins em sua definição clássica de 1932, a economia é “a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos”. Aqui, a essência se revela: a economia não é sobre dinheiro ou riqueza *per se*, mas sobre escolhas. Ao longo das últimas décadas, no entanto, parece haver uma pretensão de que a economia se aproxime ao máximo de um campo de ciências exatas, e a escassez seja tratada com foco na riqueza e no consumo de bens e serviços.

Seja como for, a economia contemporânea é um campo cujo método utilizado é o de juntar um conjunto de hipóteses, muitas vezes ousado, até heroico, chegando a conclusões válidas diante desse contexto. Não diferindo, portanto, de outros campos do saber. No entanto, não raras vezes as hipóteses se esfumam quando são confrontadas com a realidade. Apesar das pressuposições irrealistas, existe uma tentativa de boa parte dos economistas de extrair mais respostas dos modelos econômicos do que parece razoável.

Adicionalmente, entendo que a matemática tem um papel fundamental na economia, mas é muito mais um meio do que qualquer outra coisa. A matemática vem simplificar a complexidade das ciências sociais porque ela é uma linguagem simples. Ao possibilitar combinações e comparações entre coisas até então incomparáveis, torna-se a gramática da ciência, como diria o matemático Karl Pearson. Pode ser até que ela seja considerada o sol do sistema solar. Mas existe o sistema solar.

Uma forma simples de entender o que digo é a seguinte: o modelo econômico parte de um conjunto de hipóteses, P ; P implica Q ; e é preciso saber até que ponto esse P é aderente à realidade. Afinal, uma coisa são as hipóteses adotadas e outra é a “vida real”. Por isso, na medida em que P não se verifique, pode dar não um Q , mas um Z . Eu me bato muito com os meus colegas economistas que esse P é um conjunto de hipóteses muitas vezes bastante ousado, utópico. Mas, na verdade, é esse distanciamento da realidade que permite P se aproximar do pensamento “científico”. Por vezes, tenta-se forçar a imposição de um modelo lido em um livro. Aquele modelo pode até ajudar a pensar, mas jamais pode ser tomado como uma verdade absoluta e aplicada. Por isso, sou muito crítico à desatenção na passagem do arcabouço teórico para o “mundo real”.

Com o tempo, passei a me inquietar cada vez mais com a distância entre essas hipóteses e a textura moral, psicológica e histórica do comportamento humano. Herbert Simon chamou isso de “racionalidade limitada”; Daniel Kahneman, décadas depois, ampliou a crítica. A economia sabe disso – mas nem sempre age como se soubesse. Foi essa dissonância que me levou, enfim, a deixar de lecionar o curso de microeconomia básica: senti que certas simplificações, embora elegantes, já não me serviam para compreender o que realmente importa na vida econômica.

A macroeconomia é uma cesta de peras, laranjas e maçãs

Em boa parcela, é isso mesmo. Talvez faltem as uvas. Ou o caju. Quando se tem algo com uma fundamentação estranha, que não traz muita segurança, o jeito é olhar pelo retrovisor, verificar como o fenômeno ocorreu no passado. Observam-se as experiências pregressas para se adquirir sensibilidade em relação ao que pode acontecer agora. É tudo um processo meio de aprendizado. Agora, quando se está vivendo um mundo novo, com uma mudança muito grande de parâmetros, tal como a crise da Covid, em que as pessoas ficaram em casa, os modelos viram de ponta-cabeça. Os juros vão para baixo. E a inflação, que, em um momento, parece muito bem-comportada, explode! Os meios mais eficazes de tratar a questão não estão se fazendo suficientes. É difícil qualquer exatidão. Quando se trata da macroeconomia, costumo dizer, em tom de graça, que macro é alquimia. Agora, obviamente, como nós temos uma tendência muito grande a querer respostas precisas e antecedentes para tomar decisões, a economia tem um papel muito importante. O ser humano precisa disso para sua organização. O conceito de ciência exata sobrevive para que possamos nos superpor à dúvida permanente.

Por outro lado, se a economia fosse tão exata assim, a sua aplicação lhe subtrairia valor. Contraditoriamente, não há a percepção do seu verdadeiro status porque ela não é muito exata. Estima-se muito um economista por ele atuar com certo grau de incerteza. Para um engenheiro civil, que levanta um prédio, não se dá a menor bola. Parece que levantar uma edificação é a coisa mais fácil do mundo. Mas engenharia civil tem a essência da ciência, é matemática em uma forma na qual o P teórico é quase igual ao P real. No mínimo, beira a exatidão. A economia, contudo, uma ciência da dúvida, costuma ser bem mais valorizada. Agora pergunte para alguém quanto será a taxa de câmbio? Ou a de inflação? Ou o fluxo de divisas? O próprio economista sabe que sua resposta é sujeita a fortes questionamentos. De fato, não se sabe ao certo o que vai acontecer. Definitivamente, a economia nunca será uma ciência exata.

A matemática detém o cetro da economia?

A matemática é fundamental para a resolução tentativa de um problema na microeconomia e na macroeconomia. Mas a antropologia também é. A história também é. O economista precisa ter um conhecimento maior das questões ligadas às ciências humanas. Há aspectos

morais embutidos em qualquer análise de política econômica. E condicionamentos sociológicos. Mas normalmente o economista detém um conhecimento precário nesse campo das ciências sociais.

Muitas propostas econômicas fracassam não por erro técnico, mas por ignorarem o elemento moral. Para ilustrar isso – e não como defesa, evidentemente – eu costumava levar ao extremo certos raciocínios puramente utilitaristas. Se fôssemos considerar apenas eficiência fiscal, modelos cegos poderiam sugerir “soluções” eticamente monstruosas, como eliminar grupos de maior custo previdenciário ou de maior carga sobre o sistema de saúde. Essa provocação serve para lembrar que, sem um substrato ético, qualquer cálculo econômico se torna bárbaro. A matemática, sozinha, não distingue entre civilização e desumanidade. A economia não pode se permitir essa indiferença.

Um exemplo frequente de extrapolação ingênua é a tentativa de comparar o Brasil à Coreia do Sul. O êxito coreano é inegável – mas ele resulta de um arranjo histórico e institucional irrepetível: décadas de autoritarismo, intensa orientação estatal, disciplina social quase confucionista, ameaça militar permanente e forte coesão nacional. É claro que há lições relevantes ali, sobretudo sobre planejamento de longo prazo e formação de capital humano. Mas transplantá-las mecanicamente ignora aquilo que Douglass North chamou de “matriz institucional”: regras formais, valores, crenças e trajetórias históricas que moldam o comportamento econômico. É essa engrenagem profunda – e não apenas políticas públicas – que separa um caso bem-sucedido de uma miragem tecnocrática.

Minha jornada na Anatel ensinou-me, talvez com mais clareza do que qualquer livro, que toda decisão tecnicamente fundamentada é, antes de tudo, uma decisão política. Recebia governadores, senadores e lideranças partidárias não para discutir modelos regulatórios, mas para solicitações específicas, desconectadas do desenho institucional. A tensão entre meu “modelo” ideal e as demandas do jogo político era permanente.

O episódio da escolha do padrão da TV digital sintetiza isso. Três sistemas – americano, europeu e japonês – disputavam apoio. Pressões geopolíticas, industriais e diplomáticas se entrelaçavam. Disse ao presidente Fernando Henrique Cardoso que nenhum cálculo técnico poderia, sozinho, arbitrar a questão. E expliquei meu ponto de vista. “Presidente, diversos segmentos estão envolvidos na questão da escolha da TV digital. Estão falando de transferência de tecnologia dos caças franceses em troca da escolha tecnológica”. A Agência não tinha como avaliar propostas de transferências de tecnologia; tampouco era adequado que assumisse esse ônus. Era uma decisão que transcorria no plano do Estado. Essa experiência me convenceu de que a fronteira entre expertise e poder é irreduzivelmente política – e que ignorá-la produz apenas ilusões tecnocráticas.

Economias coirmãs: a teoria e a aplicada

Na Anatel, percebi que fui muito mais um agente político do que um economista ou um técnico do setor. Toda decisão importante é política. Lembro-me quando houve um problema com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) por conta da queda de aeronaves e crise com os operadores de voo. Analisei o currículo dos responsáveis citados. Para começar, o presidente da Agência era formado em engenharia, com mestrado em engenharia e tinha sido ministro interino do turismo. Era uma indicação política. Um colega meu estava me dizendo que, ao ser nomeado como conselheiro de um dos órgãos mais decisivos da República, foi conversar com o presidente do Senado Federal para se preparar para a sabatina e fazer aquele tradicional beija-mão. O senador virou-se para ele e perguntou diretamente: “Quem o indicou?”. “Ninguém, sou da cota técnica”. Ouviu de forma jocosa: “Ninguém? Foi Santa Maria Mãe de Jesus que escreveu seu nome na lista?” Pois não há escolha puramente técnica.

Por outro lado, nos anos 1980 e 1990, a grande questão do país era a inflação. Então o que aconteceu? Foi dado aos economistas um protagonismo gigantesco. Os modelos econômicos sancionados pela classe de economistas para debelar o processo inflacionário eram acatados pela classe política, e colocados em prática. Resultado, os economistas da minha geração ficaram mal-acostumados, acharam que as políticas econômicas que viessem a propor seriam, normalmente, acolhidas e implementadas. Afinal, o motivo era “altamente relevante para a Nação”. Isso não era economia pura, muito menos ciência exata.

A pureza que se esvaiu. Ou nunca houve

Considero que a economia deveria estar sempre voltada para a melhoria da qualidade de vida da humanidade. Aliás, gosto muito de uma colocação da professora Maria da Conceição Tavares que vai ainda mais fundo: “Se você não se preocupa com a justiça social, com quem paga conta, você não é um economista sério. Você é um tecnocrata”.

Contudo, algumas vezes ações ou políticas que aparentam ruins num primeiro momento podem se mostrar positivas com o tempo, e vice-versa. Tive essa percepção de forma clara através de uma reflexão que venho fazendo há muitos anos. Estava convencido que o país precisava de um arranjo institucional que garantisse a defesa de uma concorrência saudável entre empresas. Os monopólios e oligopólios deveriam ser combatidos, tendo em vista o bem maior da nação. Achava que era uma questão central para a teoria econômica. Mas, ao longo dos anos, comecei a me dar conta que não é por esse campo que sairá a solução. Aliás, esse é um daqueles problemas que não parece ter solução.

É difícil criar a institucionalidade ideal em um país que tem uma democracia ainda muito incipiente. Essa seria uma questão para a economia política, que leva em consideração outros ingredientes. Penso que desatar esse nó é uma causa para a qual ainda não existe resposta. Adoro a economia política, o que para mim não se contradiz com a competição. Muitos fazem uma contraposição errônea entre a teoria econômica mais pura, quantitativa, e a economia política, que dá prioridade à observação da história socioeconômica. Ao contrário, elas se complementam. A economia descentralizada, em teoria, aumentaria a competição e a eficiência. Pode ser teoricamente correto. Mas também depende da formulação. Em um regime oligárquico como o nosso, os oligopólios concorrem entre si. Disputa entre os grupos do agronegócio, do cimento, do mercado financeiro, da siderurgia, de mídia, das *big techs*, do setor de energia etc. é o que dá uma certa estabilidade ao modelo, intensificando o embate no âmbito da cadeia de produção. Sob esse aspecto, ela contribui para nossa democracia liberal. Contraditório?

Vou retornar à minha experiência na Anatel, que tem um efeito didático: mostrar que solução é um conceito que inventamos para nos tranquilizar, quando o mesmo problema tem equações insolúveis. Aliás, a ideia de solução é algo muito mais psicológico do que físico. Assim que ingressei na Agência, a MCI Communications – que havia sido a segunda maior provedora de serviços de longa distância dos Estados Unidos – atravessava sérias dificuldades. A empresa era controladora integral da Embratel e fornecedora de boa parte da conexão entre Brasil e EUA. Pensei: “E se a MCI quebrar?” Fui, então, pegar os dados com a Embratel. Os dados não estavam bem especificados ou mesmo não existiam. Não havia acompanhamento em detalhes da solidez financeira da Embratel. Viajei a Washington para conversar com os dirigentes da agência norte-americana, a Federal Communication Commission. O presidente era Michael Powell, filho do secretário de Estado, Colin Powell. Eu estava preocupado. Perguntei tenso: “O que vocês vão fazer?”. A resposta foi “nada”. Retruquei: “Como nada?”. E ele repetiu: “Nada”. Aí me exasperei: “A empresa está quebrada, foi à falência”. Powell foi monossilábico e falou pausadamente: “Pois é”. Insisti: “E se ninguém fizer nada?”. “É porque não vale nada”, disse ele. “E os fios, e toda a rede de

cabo de fibra ótica espalhada pelo mundo?”, perguntei. “Eles vão colocar em leilão. Se tiver algum valor, alguém comprará”, replicou Powell. E não iam fazer nada mesmo, pois a MCI estava quebrando em cima dos bancos, e os norte-americanos tinham outros fornecedores de longa distância para atender o país. No Brasil, a primeira ameaça que eu recebi do titular da Embratel foi “vamos apagar o sinal para a Amazônia”. E as Forças Armadas? O Exército Brasileiro estava com o sinal da Embratel. Corri para o BNDES para ver como poderiam ajudar caso a Embratel estivesse muito mal. Olhe só a situação. A Embratel era controlada pela MCI, que havia quebrado e não estava nem aí para a empresa. Empresa esta que fornecia os serviços estratégicos das Forças Armadas Brasileiras. Um momento crítico da minha passagem pela Anatel e que tem muito a ver com a combinação de política, conhecimento técnico e poder.

O caos na corda bamba

O cenário econômico tornou-se ainda mais caótico quando se incluíram novos fatores completamente imprevisíveis e imbricados. As *big techs* hiperbolizam esse quadro na medida em que mudam a geoeconomia, o que, por sua vez, poderá tornar cada vez mais assimétrico o equilíbrio de forças no mundo. É o que muitos chamam de o “equilíbrio do caos”. O mundo nunca esteve tão incerto. As políticas anti-imigração só se intensificam. Todas essas dívidas públicas em países desenvolvidos para os quais as consequências não eram um problema são hoje motivo de grande preocupação. As circunstâncias atuais combinam questões imprevisíveis, tais como uma eventual perda da hegemonia monetária dos Estados Unidos e o deslocamento superlativo do comércio mundial para a China e para a Índia.

Com o “equilíbrio do caos” em ação, o campo acadêmico em economia também se mostra bastante ativo. No entanto, parece que os resultados encontrados não estão sensibilizando a classe política com a força que já tiveram em outra época. Um bom exemplo disso são os experimentos aleatórios controlados na área de desenvolvimento econômico. No caso, Banerjee e Duflo têm desenvolvido estudos empíricos importantes que sugerem, entre outros resultados, que a imigração não tem o efeito nocivo no mercado de trabalho local tão preconizado.

Talvez o certo descaso que a academia tem sofrido tenha a ver com a tese de um livro muito interessante que acabei de ler. É de um professor da Notre Dame, Patrick J. Deneen. Ele critica muito a visão de mundo do liberalismo – que dá, inclusive, título a seu livro: “Por que o liberalismo fracassou”. A tese é a seguinte: até o liberalismo surgir com força, todas as sociedades eram compostas por escolas, igrejas, clubes, ou seja, várias associações que tornavam a vida coletiva uma prática normal. As pessoas tinham uma vivência mais circunscrita ao seu espaço, conheciam os vizinhos, em suma detinham os códigos locais. Quando surge o liberalismo, as pessoas têm de ser livres, isso é, assumir ou fazer o que elas querem ou deveriam querer: uma liberdade com autogoverno.

O liberalismo causa o seguinte: está tornando as pessoas livres, demasiadamente livres. Dessa forma, como é que se consegue conter esse animal que está solto dentro de nós, dado que não há mais o grupo escolar, a igreja, o clube, os códigos? Até o *homeschooling* em larga escala vem se apresentando como uma possibilidade. Como as pessoas irão conviver? As leis são estabelecidas como um contrato social maior. Assim, as restrições existentes limitam-se ao respeito no que está definido em lei. E nada mais. Com isso, o indivíduo se desgarrar dos valores do passado, não tem mais compromisso com eles. E não se sente responsável pela geração que está por vir. A sociedade passa a não ter compromisso com nada. A cultura perde o sentido. E o sentimento de empatia vai se tornando minúsculo na sociedade.

Há algo de perturbador nesse processo descrito por Patrick Deneen. Mas é preciso nuance. Isaiah Berlin lembrou que a liberdade moderna nasce justamente para proteger o indivíduo contra coerções coletivas; Amartya Sen mostrou que a autonomia pode ampliar – e não reduzir – nossa capacidade de agência social.

O dilema contemporâneo pode ser formulado assim: como preservar a liberdade individual sem dissolver o tecido moral que torna a vida comum possível? A economia, quando se pretende ciência pura, tende a evitar essa pergunta. Não deveria.

E a liberdade, como fica?

Há um debate muito interessante objeto de um texto do Benjamin Constant produzido logo depois da Revolução Francesa, que passa pela discussão do “ser livre”. Constant traz a seguinte questão: na liberdade dos gregos o cidadão vai à Ágora afirmar e debater o seu ponto de vista. Por exemplo: o que deve ser feito com Atenas, se entra em uma guerra ou não, decisões do Estado. Mas todos tinham o dever de seguir à risca as decisões tomadas coletivamente. Na Revolução Francesa, surgiu a discussão da liberdade individual, ancorada como direito natural e inalienável do homem e do cidadão. Então, a ideia de liberdade vai mudando no tempo. Hoje, acho que estamos construindo um livre-arbítrio com cada vez menos compromisso fora das bolhas onde o indivíduo está posicionado. O personagem Ben Parker, tio do Homem-Aranha, costumava dizer: “Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”. Atualmente, com grandes poderes são cada vez mais reduzidas as responsabilidades. Pelo menos as mais nobres.

Derivações sobre o PIB

A teoria econômica tem no seu DNA o crescimento econômico. A expansão do PIB traz a reboque uma melhora do mercado de trabalho, condições para distribuir riqueza porque há mais dinheiro. Portanto, implicitamente, propomos mecanismos que façam com que a economia cresça, depois o resto se ajusta. O que aprendemos é que não se ajusta espontaneamente. Surgem vários problemas impeditivos que não estão resolvidos na teoria econômica. A questão da redistribuição de renda é o mais fácil de citar. E a eficiência alocativa? Se consegue com uma teoria econômica específica? Talvez seja mais um assunto da economia política. Ou talvez das duas. É possível que com as *big techs* se gere mais crescimento? Sim, é possível. Mas de que tipo? Com qual inclusão? Como fazer uma economia normativa nesse ambiente? Nossa função de economista é procurar soluções. Mesmo que o sucesso dessa empreitada pareça impraticável em um tempo previsível.

No caso das *big techs*, elas tornam possível o aumento da produtividade de milhões de itens, mas também podem criar uma espécie de PIB socialmente negativo, contribuindo para o aumento da produtividade/produto ao mesmo tempo expurgando o ser humano do consumo desse mesmo aumento da produção, quer seja, por exemplo, através da redução do emprego e da piora acentuada na distribuição de renda.

Todo indicador prima pela imprecisão

Quando se trata da construção de indicadores, sempre existem distorções. Nos últimos cinco anos, a turma que avalia a conjuntura econômica tem errado sistematicamente. Há até um apelido engraçado. São chamados de “cabeça de planilha”. É injusto, porque os estudos empíricos implicam também tomar riscos numéricos. Alguns dos que profetizam o PIB têm errado recorrentemente. Neste ano, talvez eles acertem, mas têm errado nos últimos cinco anos algo entre um e dois pontos percentuais ao ano. O espaço da distorção é o seguinte: em dezembro de 2020, prevendo o PIB de 2021, o que eles projetaram foi dois pontos menor. O que eles previram em dezembro de 2021 para o PIB de 2022 ficou também dois pontos abaixo. Eles estão errando repetidamente, sempre na mesma direção, subestimando o PIB que

virá. Ora, é possível, então, que a produtividade esteja maior do que estimam. De onde vem essa produtividade? Apenas posso presumir. Há quem considere que o governo gastou mais do que poderia, e, se puser isso no PIB, a conta bateria. Mas isso não seria um fator do aumento de produtividade, e, sim, um fator de crescimento do PIB artificial e temporário. Também acho que não é somente o gasto público e o consumo. Se fosse fácil o governo gastar e o PIB crescer, bastava os governantes saírem abrindo o cofre loucamente. Mas de onde viria, então, o tal crescimento do Produto? Não sei. Pode, sim, vir de um ganho de produtividade. Da inserção do componente tecnológico. Da maior internacionalização da economia. Há diversos conceitos que têm, obrigatoriamente, algum coeficiente de aleatoriedade que torna impossível a exatidão de seu cálculo.

Há centilhões de conceitos ambíguos. Ninguém sabe qual o número da taxa neutra de juros, aquela que não diminui e nem acelera a taxa de inflação. Para calculá-la, a autoridade monetária alimenta o seu modelo com milhares de variáveis. Que número é esse? Ninguém sabe. O resultado é puramente tentativo. Se perguntarmos hoje no mercado qual é a taxa neutra, tem gente falando em 5%, 6%, 8%. Em princípio, todos seguiriam metodologias consideradas universais, com algumas pitadas de diferentes expectativas. O PIB potencial ninguém sabe precisamente qual é, não obstante haver uma metodologia de cálculo. Tem um componente de oráculo. O saudoso professor Delfim Netto costumava dizer que economia não é ciência, é arte. Talvez a economia seja a “fé racional” (um oxímoro) ou a racionalização posterior daquilo que era intuitivo. Eu gosto muito de uma resposta do ex-primeiro-ministro chinês Zhou Enlai. A história popular diz que, quando questionado na década de 1970 sobre o impacto da Revolução Francesa (de 1789), ele respondeu: “É muito cedo para dizer”.

Conclusão

O economista-mestre do século XXI terá de operar num mundo em que a incerteza deixou de ser exceção e passou a ser o ambiente permanente. Deverá dominar tecnologia, matemática e estatística, mas também história, psicologia, filosofia política e antropologia. Modelo nenhum substitui a compreensão da natureza humana.

Seu papel não será prever o futuro – isso se tornou presunção –, mas iluminar decisões em um presente turbulento. A economia, em sua melhor forma, é uma ética aplicada: exige discernimento, responsabilidade e uma sensibilidade moral que não cabe em equações.

Em um tempo em que grandes poderes convivem com pequenas responsabilidades, talvez a tarefa do economista seja justamente a de ajudar a restaurar essa ligação perdida entre conhecimento e dever.

Depoimento a Luiz César Faro e João Pedro Faro

O autor é diretor do IBRE/FGV luiz.schymura@fgv.br